

---

## MOVIMENTOS SOCIAIS, SOCIEDADE CIVIL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL<sup>1</sup>

AZEVEDO, Daviane Aparecida de<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo resulta da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, visando enfocar as questões teóricas sobre os movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no contexto sócio-histórico brasileiro. Historicamente, as principais conquistas sociais dependeram da organização e mobilização da sociedade civil. Retomar a trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil é imprescindível para compreender a sua relevância no processo democrático. Com intensas lutas, manifestações e movimentação social, muitos direitos foram conquistados. A partir dos interesses coletivos, por meio dos movimentos sociais, a sociedade conseguiu, de certo modo, atingir diversas oportunidades e efetivar seus anseios sociais diante da lógica do capital, opondo-se ao domínio deste. Por fim, fazem-se as discussões em torno da democracia participativa na sociedade brasileira, enfatizando a importância da participação social diante do processo de redemocratização do país, com novas questões em pauta nas relações Estado - Sociedade.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais – Sociedade Civil – Democracia Participativa.

**Abstract:** This study resulted from research work Completion of the Undergraduate Program in Social Work from the Northwest Regional University of Rio Grande do Sul - Unijuí, aiming to focus on theoretical questions about social movements, civil society and social transformation in the context sociohistorical Brazil. Historically, the main social achievements depended on the organization and mobilization of civil society. Resume the historical trajectory of social movements in Brazil is essential to understand its relevance in the democratic process. With intense fighting, demonstrations and social movements, many rights were won. From the collective interests through social movements, the company has managed, somehow, to attain various opportunities and realize their social concerns facing the logic of capital as opposed to this field. Finally, make up the discussions of participatory democracy in Brazilian society, emphasizing the importance of social participation on the process of democratization of the country, with new issues at stake in the state - society.

**Key-words:** Social Movements – Civil Society – Participatory Democracy.

### INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais vêm acompanhando os passos democráticos de diversas nações, inclusive do Brasil, nas últimas décadas, presentes constantemente em

---

acontecimentos históricos relevantes, principalmente no âmbito das conquistas sociais. Na verdade, consistem num mecanismo que os cidadãos utilizam para reivindicar e ver reconhecidos seus interesses e anseios coletivos.

Avritzer (1994, p.189-190) afirma que “os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido”. Eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados.

A influência dos movimentos sociais vai muito além dos efeitos políticos produzidos por eles, pois suas ações determinam a modificação de comportamentos e de regras por parte do sistema político. E, além do mais, há uma dimensão simbólica muito mais complexa sobre a qual os movimentos sociais exercem grande impacto que é a transformação social. Hoje, a partir dessas novas mobilizações, os cidadãos e as sociedades conjugam a gramática da igualdade de gênero, preocupações ecológicas, conservação do meio ambiente, direitos dos nascituros, impensáveis antes da emergência de movimentos sociais com essas novas agendas.

Para Correia (2001), a sociedade civil serve-se dos movimentos sociais para conquistar direitos negados ou não disponibilizados pelo Estado. É nesse contexto de carências, de exclusão e necessidades sociais, que se situam as práticas cotidianas de movimentos sociais, que ainda com certas limitações, são meios potencializadores de novas formas de se fazer política, de participação social, de construção do processo democrático e de transformação social. Presume-se que os movimentos sociais são tentativas coletivas e organizadas que têm a finalidade de buscar determinadas mudanças ou até mesmo estipular a possibilidade de construção de uma nova ordem social.

Na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isto porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2004).

---

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS

Por volta dos anos 60 e 70, se disseminam os movimentos populares e sociais no Brasil. Para Pinsky (2003, p. 568), “os movimentos populares se caracterizaram por um alcance limitado a questões localizadas na vida prática da comunidade”.

A força do movimento operário e dos movimentos populares (como das classes dominantes) determina a estratégia dos grupos populares. “Se a conjuntura é favorável à mobilização popular e expansão das lutas, a estratégia pode ser mais ofensiva, se o momento se apresenta desfavorável é marcado por uma retração das forças populares a estratégia é defensiva” (FALEIROS, 1985, p. 82).

A partir do final dos anos 1970, o movimento sindical e as organizações estudantis ganharam força. As greves dos metalúrgicos paralisaram as indústrias de São Paulo, logo acompanhadas por greves dos bancários. A crise do “milagre econômico” foi o estopim desses movimentos, a luta contra a carestia balançou os alicerces da ditadura. Paralelamente, surgiram grupos ligados a questões específicas: mulheres, povos indígenas, negros e homossexuais (PINSKY, 2003).

É na década de 1980 que os movimentos sociais vão incluir parcelas mais amplas da sociedade. Surgem os movimentos ecológicos, que transcendiam a divisão política entre direita e esquerda e, também, o movimento em defesa dos direitos do consumidor. Já na década de 90, surge no Brasil, um tipo de organização inexistente até então, as organizações não-governamentais (ONGs) para designar as entidades da sociedade civil, em referência a todo movimento de cunho social (PINSKY, 2003).

A questão do protagonismo dos movimentos sociais no Brasil, a partir dos anos 1990, começa a perder visibilidade política no cenário urbano. A partir disso, referem-se três momentos: 1990-1995; 1995 a 2000; e do início deste novo século até os dias atuais, que diagnosticam uma crise dos movimentos sociais populares urbanos, nos primeiros cinco anos dos anos 1990, no sentido de que reduziram parte de seu poder de pressão direta que haviam conquistado nos anos 1980. Nesse momento, o país saía de uma etapa de conquista dos direitos constitucionais, os quais necessitavam ser

---

regulamentados. Ao mesmo tempo, o governo federal, passou a implementar ou a aprofundar, em todos os níveis, as políticas neoliberais, as quais geraram desemprego, aumento da pobreza e da violência urbana e rural (GOHN, 2005).

O Estado, diante de tal realidade, fecha as portas da negociação porque as concessões solicitadas não são aceitáveis ao estado de acumulação de capital que ele visa. Essa estratégia pode retirar a legitimidade da classe no poder se ela defende (discurso) a democracia e a participação. O Estado se vê então colocado numa situação de defesa clara da acumulação do capital ou de sua legitimidade (FALEIROS, 1985).

Nesse âmbito também começa a se falar em crise dos “movimentos sociais urbanos”, esta não representava o seu desaparecimento nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos, mas sim uma rearticulação interna e externa de seu papel na sociedade. As transformações no contexto político levam também a emergência, ou ao fortalecimento, de outros atores sociais, como as ONGs e outras entidades do terceiro setor. Assim, os movimentos populares passam a ser aliados ou até mesmo disputar com tais grupos organizados para demandar as necessidades sociais ao poder público (GOHN, 2003).

Apesar do enfraquecimento dos movimentos sociais e da rearticulação do papel destes na sociedade, é imprescindível considerarmos a sua grande relevância no processo democrático brasileiro, mediante sua atuação voltada a reivindicação dos direitos, até então, não disponibilizados aos cidadãos. Desta forma, as lutas desencadeadas na sociedade civil, são absolutamente essenciais num processo de efetiva transformação social, a caminho da emancipação humana.

### **A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL**

Em relação a trajetória histórica da sociedade civil no Brasil, situa-se, aqui, apenas as três últimas décadas do século XX, onde se acentua o fortalecimento desta categoria no movimento de redemocratização. Mas não se pode negar a organização anterior desta no decorrer da história brasileira.

Ao contextualizar-se a emergência da sociedade civil, Avritzer (1994) introduz que o surgimento de novos atores sociais no processo de construção da sociedade civil

---

no Brasil se associa ao rápido processo de modernização ao qual está ligado o autoritarismo brasileiro. Contudo, é possível localizar a emergência da sociedade civil brasileira no período final do regime autoritário e início da redemocratização do país.

Entende-se, que desde o seu surgimento a sociedade civil contribui para a construção do processo democrático brasileiro, por meio de organizações sociais, lutas, associações, movimentos, etc, constantemente, buscando o reconhecimento de seu projeto societário numa realidade contraditória pelo desenvolvimento do capital e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento da cidadania.

Os novos atores que emergiram na cena política necessitam de espaços na sociedade civil – instituições próprias, para participarem de novos pactos políticos que redirecionam o modelo político vigente. O saudoso Betinho já nos dizia: “a sociedade civil tem um papel central, o poder está na sociedade civil, não no Estado. O Estado é instrumento” (SOUZA apud GOHN, 2005, p. 78).

Em face disso, explicita-se a capacidade de mobilização, participação e conscientização política da sociedade civil, configurada numa importante referência ao aprimoramento e reafirmação do Estado Democrático de Direito.

Tal como evidenciado no debate internacional, Duriguetto (2005) sustenta que a categoria sociedade civil foi comumente empregada no contexto brasileiro a partir do final da década de 1970, para expressar a reativação do movimento sindical e a ação dos chamados “novos movimentos sociais”, que passaram a dinamizar processos de mobilização de defesa, conquista e ampliação de direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas.

Ainda, a autora refere à emergência de várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, como a experiência do *Orçamento Participativo*, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Com o Orçamento Participativo, o próprio Estado evolui gradativamente, começando a perceber a importância da participação popular nas decisões políticas e sociais.

Em nível de Brasil, as práticas de deliberação participativa estiveram, desde o seu início, ligadas à visibilidade política dos novos movimentos sociais e à redefinição de práticas do movimento operário nas décadas de 1970 e 1980. Elas foram entendidas

através de uma renovada teoria do conflito social que apontava para formas de participação popular e lutas plurais demandantes de representação autônoma no processo de bens públicos e formulação de políticas públicas (PAOLI apud SANTOS, 2002).

As novas democracias devem se transformar em novos movimentos sociais, no sentido que o estado deve se transformar em um local de experimentação distributiva e cultural. É na originalidade das novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas (SANTOS, 2002).

É possível assinalar que os novos movimentos sociais contemplam uma identidade em função da defesa de seu projeto societário. Identidade esta, de caráter coletivo, construída dentro do grupo num processo de inter-relações que vem impondo desafios para pensar a relação do sujeito com as instituições existentes.

## A QUESTÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A SOCIEDADE CIVIL

O século XX foi efetivamente um século de intensa disputa em torno da questão democrática. Para Santos (2002), haveria, portanto, uma tensão entre capitalismo e democracia, tensão essa que, uma vez resolvida a favor da democracia, colocaria limites à propriedade e implicaria em ganhos distributivos para os setores sociais desfavorecidos. Aos marxistas, por seu lado, entendiam que essa solução exigia a descaracterização total da democracia, uma vez que nas sociedades capitalistas não era possível democratizar a relação fundamental em que se assentava a produção material, a relação entre o capital e o trabalho. Daí que no âmbito desse debate, se discutissem modelos de democracia alternativos ao modelo liberal, entre eles: a *democracia participativa*.

É possível mostrar que os atores que implantaram as experiências de democracia participativa colocaram em questão uma identidade que lhes fora atribuída externamente por um Estado colonial (Estado autoritário e discriminador). Caracterizando-se pela reivindicação de direitos de moradia, direitos à bens públicos distribuídos localmente, direitos de participação, de reconhecimento das diferenças, implicam, de certo modo,

---

questionar uma gramática social e estatal de exclusão e propor, como alternativa, uma outra mais inclusiva (SANTOS, 2002).

É no âmbito do projeto democrático que se põe efetivamente a questão da sociedade civil. Para Nogueira (2004), isso quer dizer que precisamos de uma perspectiva que não só valorize a sociedade civil e celebre seu crescente protagonismo, mas também colabore para politizá-la, libertando-a das amarras reducionistas dos interesses particulares, aproximando-a do universo mais rico e generoso dos interesses gerais, da hegemonia, em uma palavra, do Estado.

Ao longo do processo de reprodução do capitalismo, a sociedade civil ganhou corpo graças a uma modernização que se afirmou, de modo muito agressivo, uma multidão de interesses particulares. A sociedade civil cresceu à base desse processo e viu-se confrontada com os mais diversos estímulos tendentes a separá-la da política, a entregá-la a valores mais individualistas que solidários, mais competitivos que cooperativos. Percebe-se que o conjunto das mudanças afetou comportamentos e expectativas políticas, forçando a abertura de espaços para a vocalização de novos interesses, transformou os padrões de participação e de competição eleitoral (NOGUEIRA, 2004).

Compreende-se que a sociabilidade está mais complexa e o Estado passou a falhar em seu desempenho, é inevitável que se projete uma situação na qual os espaços sociais sejam radicalmente valorizados. Para o autor citado acima, tudo leva a crer que o Estado não terá como voltar a desempenhar os mesmos papéis que desempenhou antes, mas ao mesmo tempo não é razoável imaginar que aqueles que pretendam dirigir o futuro consigam avançar se se puserem fora do Estado ou sem um Estado.

Diante disso, torna-se relevante mencionar que as últimas duas décadas do século XX, marcam o avanço da democratização e da progressiva valorização da democracia participativa na sociedade brasileira. Para o ideal desenvolvimentista, a resolução dos problemas sociais ou o combate à inflação requereriam bem mais autoridade e centralização decisória do que democracia. Antes, a convicção era a de que processos participativos ou, mais genericamente, mecanismos de consulta popular, negociação e formação ampliada de consensos, agiriam “contra” o crescimento econômico, na medida em que dificultariam a tomada rápida de decisões e, com isso,

---

prolongariam indevidamente o tempo de formulação e de implementação de políticas. Pouco a pouco, a opinião prevalecente foi-se deslocando para o lado oposto, com o correspondente reconhecimento de que a participação não somente conteria um valor em si, como também seria particularmente relevante no fornecimento de sustentabilidade às políticas públicas.

É importante mencionar, que no caso brasileiro, os autores citados mostram que a motivação pela participação é parte de uma herança comum do processo de democratização que levou atores sociais democráticos, oriundos, especialmente do movimento comunitário, a disputarem o significado do termo participação, a partir da abertura de espaços reais de participação pela sociedade política, dando ênfase a deliberação em nível local (SANTOS, 2000).

A democracia participativa apenas pode produzir seus desdobramentos ótimos se dispuser de cidadãos e de associações com disposição política para experienciar dinâmicas coletivas e cooperativas. Pensada como recurso de transformação social, somente pode avançar se seus cidadãos forem alcançados por processos fortes de educação política, de conscientização e de politização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a retomada da trajetória histórica das lutas e dos movimentos sociais no Brasil, ao longo do tempo, verifica-se que estes tiveram um desenvolvimento contraditório. Seja pela expansão do capitalismo e pela manifestação da pobreza e exclusão social, seja pela luta de participação no mundo capitalista do consumo, reivindicando leis, direitos e acessos múltiplos. É neste cenário (contemporâneo) que a mobilização social vai perdendo forças e se apaziguando, contrariando a rebeldia e a destreza das primeiras revoltas e manifestações populares no país.

Historicamente a participação política evoluiu como uma espécie de invasão do Estado pela sociedade. Classes, grupos e indivíduos deveriam participar para introduzir a marca de suas idéias e de seus interesses no centro que organiza a vida coletiva, buscando desse modo crescer enquanto grupo, classe ou indivíduo. Dever-se-ia participar, também, para fazer com que certas idéias e interesses prevalecessem,



influenciassem a vida coletiva ou dirigissem outras idéias e outros interesses, sobretudo como um meio e se fazer presente no conjunto da vida coletiva. Entende-se, que por meio da participação ativa dos indivíduos e dos grupos, se pode decidir e tomar parte diretamente do processo decisório estatal e exercer um controle permanente sobre os negócios do Estado – fortalecendo a democracia –, sobre o mercado e sobre a sociedade.

Os movimentos sociais refletem mais do que reações às privações materiais, pois vislumbram o potencial político que pode ser construído a partir da criação pela sociedade civil de espaços públicos de discussão que aumentam a capacidade de controle do poder institucionalizado. Sua importância mostra-se cada vez maior nas sociedades democráticas que sofrem com a crise da representatividade sem, no entanto, promoverem a criação de novas esferas públicas de participação.

Entretanto, entende-se que os movimentos sociais lançam temas de relevância para toda sociedade, definem problemas e demandas, trazem contribuições, a fim de produzir pressão nos atores da sociedade política, ao mesmo tempo, em que solidificam sua identidade individual e coletiva. Deve-se configurar enquanto processo de constante participação, pelo qual grupos compartilham necessidades, adotam decisões e estabelecem mecanismos para atendê-las, visando o interesse coletivo rumo à transformação social.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo (org.). **Sociedade Civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

CORREIA, F. João Carlos. **Comunicação e Cidadania**: os Media e as Identidades nas Sociedades Pluralistas. Portugal: Universidade da Beira Interior. Tese de Doutorado, 2001.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor**: a dança dos conceitos. Serviço Social & Sociedade. Juiz de Fora: Cortez, n.81, mar. 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

---

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 2ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 2ed. São Paulo: Loyola, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: Hellmann, Michaela (org). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**: “Sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Marca Zero, 1995.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

---

<sup>1</sup> Artigo científico elaborado a partir da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí.

<sup>2</sup> Assistente Social. Pós-graduanda em serviço Social – UFSC. Especialista em Gestão de Recursos Humanos – FATEC/PR.

*Texto Recebido em 27 de abril de 2010.*

*Aprovado em 29 de junho de 2010.*